



COMUNICADO A LA NACION

No. 226

ALADI/CR/di 329
REPRESENTACION DEL BRASIL
9 de octubre de 1992

A Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração cumprimenta atentamente a Secretaria-Geral da Associação e tem a honra de transcrever, a título informativo, o seguinte "Comunicado à Nação", divulgado no último dia 2 pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República:

"Comunicado à Nação

A situação da economia brasileira neste momento em que se efetivou o encaminhamento do processo de "impeachment" do Presidente da República pode ser caracterizada da seguinte maneira:

1. Os preços estão quase todos sem controles governamentais específicos.
2. Houve uma adequada negociação plurianual da dívida externa, que se encontra em fase final de detalhamento.
3. Todavia, a inflação vem permanecendo em patamares superiores a 20% nos últimos meses, o que provocou uma indexação informal da economia que se generaliza, com exceção dos setores em que há predominância de um grande número de pequenos e médios empresários e da maioria dos trabalhadores. Isto significa dizer que o ônus da política econômica tem recaído principalmente sobre os assalariados, cujo poder aquisitivo médio tem declinado.
4. As taxas de juros são muito elevadas (nível de 30% ao ano acima da inflação), o que, por um lado, estimula a entrada de recursos financeiros do exterior, aumentando o nível das reservas cambiais e, por outro lado, desestimula os investimentos produtivos e aumenta os encargos da dívida pública interna, realimentando a especulação financeira.

5. A recessão se aprofundou e os níveis de desemprego, especialmente nas áreas metropolitanas, cresceram significativamente na medida em que a atual política econômica foi sendo executada.

6. O ponto mais grave; depois de tanto sacrifício para a sociedade brasileira, a taxa de inflação vem se acelerando durante as últimas semanas, e a média mensal já se aproxima da casa dos 25%.

7. A máquina administrativa se encontra extremamente desorganizada, e o funcionalismo público desmotivado para o exercício das funções elementares do Estado.

8. Em resumo, a administração que assume está recebendo uma economia estagnada, em profunda recessão, com inflação muito elevada e ascendente, além de um Setor Público carecendo de total reorganização e com a situação financeira do Tesouro Nacional bastante precária; apesar de reservas cambiais bastante elevadas.

Nesse contexto, são propostas as seguintes linhas gerais de política econômica:

1. Realização de um ajuste fiscal de emergência para vigorar no próximo ano, deixando a reforma tributária de maior profundidade para a revisão constitucional de 1993.

2. Condução de uma política fiscal e financeira de maneira rígida (menos gastos públicos, aumento de arrecadação pelo combate sistemático à sonegação de impostos, manutenção de taxas de juros reais em patamares realistas) visando à desaceleração do atual ritmo inflacionário.

3. Reavaliação de todos os projetos de despesas autorizados a partir do início das revelações públicas que levaram à instalação da CPI que resultou no atual processo de "impeachment".

4. Reprogramação dos cronogramas físico-financeiros das obras e compromissos em andamento.

5. Implantação de um sistema geral e permanente de auditoria preventiva do próprio Poder Executivo Federal (administração direta e indireta, inclusive convênios em andamento e a serem negociados).

6. Reorganização do Setor Público Federal, particularmente nas instituições financeiras (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil) e no sistema de planejamento.



7. Proibição do início de qualquer novo projeto ou de qualquer nova despesa de maior impacto sobre o orçamento.
8. Manutenção de todos os compromissos com as instituições financeiras internacionais e organizações multilaterais.
9. Preservação das linhas gerais do programa de abertura da economia.
10. Aperfeiçoamento do Programa de Privatização das Empresas Estatais do Governo Federal, mantidos os processos de privatização com as datas de leilão já definidas, observando o interesse nacional.
11. Nos setores estratégicos da economia brasileira, em que o Estado se faz presente como empresário, qualquer processo de privatização deverá ter, no momento oportuno, a indispensável audiência ao Congresso Nacional.
12. Continuidade e aperfeiçoamento do Programa Nacional de Desregulamentação.
13. Não se realizará nenhuma aventura de dolarização da economia, de congelamento de preços, de pré-fixação de preços ou de confisco dos recursos aplicados no mercado financeiro.

O caminho menos dramático para a superação de etapas que reduzam a inflação e permitam a retomada do crescimento e o nível de emprego mediante aproveitamento da capacidade produtiva instalada, antes mesmo que o ajuste fiscal possa trazer seus efeitos benéficos, é o das soluções negociadas para quebrar a inércia da inflação.

O Governo Federal somente poderá administrar a redução das taxas de juros do mercado financeiro e retomar investimentos, na área de infraestrutura social, se dispuser de segurança suficiente sobre a trajetória declinante das taxas de inflação, obtida através de acordos amplos entre os diferentes agentes econômicos

No campo político, é indispensável negociar com o Congresso, além do ajuste fiscal, um conjunto limitado de projetos vinculados à modernização da economia, à reorganização institucional do Setor Público, às concessões portuárias e às licitações, entre outros, para serem aprovados ainda em 1992.

O objetivo geral é de promover o crescimento econômico via estabilização da moeda e retorno dos investimentos, ao mesmo tempo em que



se busca o bem estar social, dignidade e qualidade de vida para um cidadão mais consciente e participativo na sociedade.*

2. A Delegação Permanente do Brasil agradecerá à Secretaria-Geral da ALADI dar conhecimento do que precede às Representações Permanentes dos demais países-membros da Associação.

Montevideu, em 08 de outubro de 1992.

